



## **“Cobra de Vidro”: páginas da história do movimento estudantil em São Paulo (1975-1978)**

*“Cobra de Vidro”: pages from the history of the student movement in São Paulo (1975-1978)*

Ingrid Pedote

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4719-8416>

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brazil,  
[pedote.ingrid@gmail.com](mailto:pedote.ingrid@gmail.com)

Paula Leonardi

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4046-9703>

ProPEd, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brazil,  
[leonardi.paula@gmail.com](mailto:leonardi.paula@gmail.com)

Received on 07/12/2020 - Approved on 26/12/2020

### **Resumo**

"Cobra de Vidro" foi um jornal produzido, escrito e distribuído por um grupo de estudantes de faculdades particulares, que circulou na cidade de São Paulo entre os anos de 1975 e 1978, durante parte da ditadura empresarial-militar. Marcado pela reorganização do movimento estudantil e pelas lutas pela anistia e redemocratização, "Cobra" também foi uma das frentes militantes dos jovens que fizeram parte do Partido Comunista do Brasil. O objetivo do artigo é apresentar ao jornal e analisar as reportagens sobre as medidas de distensão, mais especificamente sobre a anistia, anunciadas pelo então presidente Ernesto Geisel um ano antes da criação do jornal. Utiliza como fonte oito números do jornal e quatro entrevistas com editores do periódico.

**Palavras-chave:** Ditadura empresarial-militar. Movimento estudantil. Cultura Estudantil. Anistia.

## Abstract

"Cobra de Vidro" was a newspaper produced, written and distributed by a group of students from private colleges, which circulated in the city of São Paulo between the years 1975 and 1978, during a part of the business-military dictatorship. Marked by the reorganization of the student movement and the struggles for amnesty and redemocratization, "Cobra" was also one of the militant fronts of young people who were part of the Communist Party of Brazil. The purpose of the article is to present the newspaper and analyze the articles about the measures of distention, more specifically about the amnesty, announced by the then president Ernesto Geisel one year before the creation of the newspaper. It uses eight issues of the newspaper and four interviews with editors of the newspaper as its source.

**Keywords:** Military-Business Dictatorship. Student movement. Student Culture. Amnesty.

## Introdução

*Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas. (Marx; Engels, 1982, p. 417).*

"Cobra de Vidro", periódico objeto e fonte dessa pesquisa, era redigido e produzido pelos estudantes de graduação dos centros acadêmicos das faculdades isoladas de São Paulo. Inicialmente feito por discentes vinculados aos centros acadêmicos da Fundação Educacional Inaciana (FEI), da Fundação Getúlio Vargas (GV) e do Instituto Mauá de Tecnologia (Mauá). O trabalho de produção e de edição variou ao longo dos anos de circulação (1975-1978) em função das mudanças na própria gestão dos centros. Como uma publicação produzida coletivamente, por um grupo de estudantes militantes, o "Cobra" era um em meio aos muitos jornais da imprensa estudantil da época.

Durante a ditadura empresarial-militar<sup>1</sup> no Brasil, a imprensa estava particularmente em evidência não pelo seu papel de denúncia e informação, mas pela censura e cerceamento de suas atividades: "a imprensa sai de cena como 'palmatória do mundo' e ocupa o incômodo banco dos réus" (AQUINO, 1999, p. 157). Ao mesmo tempo, alguns jornais e grupos de televisão participaram e cresceram graças ao regime.

Enquanto isso, a grande imprensa regredia, após o golpe de 1964, a funções mercantis estritas. Jornais que, na luta contra o Estado populista dos anos de 1950, chegaram a erguer com os militares um poder paralelo, a República de Galeão, causa principal do suicídio de Getúlio, e que, num crescendo de ativismo, ajudaram a articular o golpe militar, sofrem uma grande inflexão no seu papel social, delegando ao Estado autoritário a tarefa de defender os seus interesses de proprietários. (Kucinski, 1991, p. 10).

Os jornais alternativos, a dita imprensa "nanica", estabeleceram, nesse cenário, resistência ao silenciamento. A palavra nanica era adotada pela maioria desses periódicos.

Enfatizava uma pequenez atribuída pelo sistema a partir de sua escala de valores e não dos valores intrínsecos à imprensa alternativa. Ainda sugeria imaturidade e promessas de tratamento paternal. Já o radical de alternativa contém quatro dos significados essenciais dessa imprensa: o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos de 1960 e 1970, de protagonizar as transformações sociais que pregavam. (Kucinski, 1991, p. 5).

Observa-se, dessa forma, que uma marca da composição da imprensa alternativa, enquadrando aí o “Cobra de Vidro”, era compreender que para as pessoas que produziam esses jornais, resistir não era apenas fazer movimento contrário ao regime, mas, também, prospectar em torno daquilo que viam como alternativa à realidade. Nesse cenário, o “Cobra” dividia espaço com outros jornais estudantis:

**Tabela 1:** Jornais estudantis identificados entre 1964 e 1985

<b>Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Cidade</b>
Final da década de 1960*	Apesar de Tudo	São Paulo, SP
1964	Flor do Campus	Rio de Janeiro, RJ
1967	O Protesto	Porto Alegre, RS
1967	Exemplar	Porto Alegre, RS
1972	Gol a gol se pegá com o pé é dibra	Belo Horizonte, MG
1972	Jornal de Criação	Salvador, BA
1972	Terceiro Mundo	Niterói, RJ
1973	Terra Roxa	Londrina, PR
1974	Poeira	Londrina, PR
1975	Dois pontos	São Paulo, SP
1975	Cobra de Vidro	São Paulo, SP
1976	Boca no Trombone	Rio de Janeiro, RJ
1976	Enfoque	São Leopoldo, MG
1976	Quilombo dos Palmares	Rio de Janeiro, RJ
1976	To\$ção	Lajes, SC
1976	Vai chover canivete	Rio de Janeiro, RJ
1976	Visor	Brusque, SC
1977	Beijo	Rio de Janeiro, RJ
1977	Avesso	São Paulo, SP
1977	Novo Rumo	São Paulo, SP

**Tabela 1:** Jornais estudantis identificados entre 1964 e 1985

<b>Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Cidade</b>
1977	Palmares	São Paulo, SP
1977	Andaime	Rio de Janeiro, RJ
1977	Análise	São Paulo, SP
1977	Cadernos dos Poetas	Rio de Janeiro, RJ
1977	DCE	Niterói, RJ
1978	Comunicação IACS	Niterói, RJ
1978	Novação	Rio de Janeiro, RJ
1978	Jornal Ler É	São Paulo, SP
1978	Posição	Tubarão, SC
1978	Semente – Revista do Dat	Rio de Janeiro, RJ
1978	Viração	Rio de Janeiro, RJ
1978	Véspera	(Não identificada), RS
1978	Bagatela	ABC, SP.
1979	Dia a dia	São Paulo, SP
1979	Transição	Rio de Janeiro, RJ
1979	Nanico	Belém, PA
1979	Philos	Fortaleza, CE
1979	Oráculo	São Paulo, SP
1979	Universitário	(Não identificada), RS
1980	A Hora do estudante	Curitiba, PR
1980	Alternativa	Belo Horizonte, MG
1980	Bico aberto	Fortaleza, CE
1980	Jornal rudge ramos	São Bernardo do Campo, SP
1980	Jornal universitário	Cruz Alta, RS
1980	Pau-a-pique	Niterói, RJ
1981	Vote viração	Rio de Janeiro, RJ
1982	Jornal estudantil	Fortaleza, CE
1983	Folha da cidade	Rio de Janeiro, RJ
1983	Jornal do dce	Fortaleza, CE
1983	Popular democrático	Fortaleza, CE

**Tabela 1:** Jornais estudantis identificados entre 1964 e 1985

<b>Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Cidade</b>
1983	Rylvs	Não identificada
1984	Jornal do DCE –UEE	Fortaleza, CE
Não identificado	Folha do C.A.	Rio de Janeiro, RJ
Não identificado	Ibiúna	Não identificada
Não identificado	Improviso	São Paulo, SP
Não identificado	Jornal da História	Fortaleza, CE
Não identificado	Jornal da UMU	Mococa, SP
Não identificado	Jornal do COC	Ribeirão Preto, SP
Não identificado	Jornaleco	São Paulo, SP
Não identificado	Jornal Novos Rumos	Não identificada
Não identificado	Patuá	Rio de Janeiro, RJ
Não identificado	O Recadão	Joviânia, GO
Não identificado	Resistência	Não identificada
Não identificado	Sempre Livre	Rio de Janeiro, RJ
Não identificado	Vago	Rio de Janeiro
Não identificado	Viração	São Paulo, SP
Não identificado	Visão Geral	Rio de Janeiro, RJ
Não identificado	Voz Ativa – UNE	Não identificada
Não identificado	Aqui ó	Juiz de Fora, MG
Não identificado	Jornal da UDESC	Florianópolis, SC

Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir da sessão anexa do livro de KUCINSKI (1991) e do acervo da Imprensa Alternativa encontrado no Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro<sup>2</sup>.

É possível observar que a maioria desses impressos surgiu na década de 1970, especialmente após 1976, momento de lutas pela redemocratização, pela anistia e pela distensão do próprio regime.

A despeito da alta produção da imprensa alternativa no período, os estudos acadêmicos ainda são escassos. Se encontramos 1935 teses e dissertações no site da CAPES para os termos “ditadura militar” e “movimento estudantil”, para o termo “imprensa estudantil” foram encontrados apenas 13 resultados<sup>3</sup>, sendo que em apenas um deles um periódico produzido por estudantes é tomado como objeto e fonte.

A dificuldade de acesso a esses jornais é uma das causas da exiguidade das pesquisas. A censura e a impossibilidade de organização e de discussão política no meio discente estavam previstas em lei já em 1964, com a Lei Suplicy de Lacerda e, depois, em 1969, com a lei nº. 477. Em 1º de abril de 1964 o prédio sede da UNE

em São Paulo foi incendiado e a perseguição às suas lideranças iniciou-se com a Lei Suplicy, que tornou o movimento estudantil ilegal, extinguiu a UNE e as Uniões Estaduais de Estudantes (UEEs) e criou o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE) e o Diretório Estadual dos Estudantes (DEE), submetendo todas as representações estudantis diretamente ao MEC (Martins Filho, 2007).

Não encontramos resultados na busca por essas fontes, nem no catálogo de documentos da União Nacional dos Estudantes (UNE), nem em seu projeto “Memórias do Movimento Estudantil”. Também procuramos, sem sucesso, na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, no Arquivo Nacional, no acervo da União Nacional dos Estudantes e no Museu da República. A pesquisa com o “Cobra de Vidro” só foi possível graças ao contato com o professor Igor Fuser, um dos editores do periódico naquele período. Chegamos a ele a partir da Semana da Imprensa realizada pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” (2013), na qual o professor proferiu palestra mencionando o periódico.

Cobra de Vidro era um jornal estudantil. Nós nos considerávamos um pouco o filho caçula, pequeno filhote da imprensa alternativa da época. Publicações como EX, uma experiência logo anterior a nossa, o jornal Opinião, também o [jornal] Movimento, ao qual nós éramos bastante ligados politicamente e relações pessoais e tudo mais. Cobra de Vidro era um entre muitos e muitos jornais da imprensa estudantil da época. O que deu a ele um certo destaque foi que, ao contrário daqueles jornais impressos em folhas de sulfite de uma forma precária e mimeógrafos ou máquinas pequenas de offset existentes nos centros acadêmicos, o Cobra de Vidro tinha uma proposta jornalística um pouco mais ambiciosa, era publicado em tabloide, com uma tiragem relativamente grande para um jornal estudantil. Se inspirava no padrão de qualidade da imprensa alternativa da época. Era distribuído de graça, tínhamos uma tiragem de três mil a cinco mil exemplares. (Fuser, 2013, p. 12).

Neste artigo trataremos de cerzir na análise as linhas da resistência do movimento estudantil, representadas pelo jornal “Cobra de Vidro”, bem como suas leituras de mundo, o que tencionavam mudar através do que liam e como escreviam sobre e para ele:

[...] a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele. (...) Movimento em que a palavra dita flui do mundo mesmo através da leitura que dele fazemos. De alguma maneira, porém, podemos ir mais longe e dizer que a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas por uma certa forma de “escrevê-lo” ou de “reescrevê-lo”, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente. (Freire, 1989, p. 10).

Na primeira parte apresentamos a criação do jornal e em seguida analisamos as matérias sobre as medidas de distensão, mais especificamente sobre a anistia, anunciadas pelo então presidente Ernesto Geisel um ano antes da criação do jornal. Além do próprio jornal, foram realizadas entrevistas com quatro de seus antigos editores tendo em conta que a história oral “decorre de toda uma **postura** com relação à história e às configurações socioculturais, que privilegia a **recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu**. (Alberti, 1990, p. 5; grifo das autoras).

## A criação do Cobra de Vidro

O termo ditadura empresarial-militar, utilizado nesta pesquisa, caracteriza nosso entendimento acerca das conjunturas e motivações classistas que ensejaram o golpe de 1964, abrangendo também todas as medidas político-econômicas engendradas e aplicadas nos anos seguintes. O trabalho de René Dreifuss (1981) evidenciou as ações de grupos empresariais nacionais e internacionais para tomada do poder, tais grupos tinham por intuito frear as reformas políticas então em curso e ampliar a atuação do capital multinacional no país. Apesar do termo “civil-militar” ser mais utilizado ultimamente, a pesquisa de Dreifuss explicita quem eram esses civis. O autor foi mesmo um dos primeiros a utilizar o termo “civil-militar”, mas não sem definir de maneira exata quem seriam: empresários e tecno-empresários. Assim, o golpe militar é tomado como um movimento de classe.

Pensamos que manter o termo “civil-militar”, utilizado nos últimos anos nos meios acadêmicos, estreitaria justamente a compreensão de quem eram as pessoas envolvidas no golpe. Dessa maneira, assumimos que a partir de 1º de abril de 1964, o Brasil viveu sob o domínio político dos militares que atuavam como mão do mercado, fazendo uso de violência e do extermínio da oposição para concretização de seus ideais de classe:

A violência política aberta, assim como os métodos de negociação democrática, tem uma racionalidade derivada das necessidades da classe dominante, que dá sentido global aos atos institucionais e complementares, constituições outorgadas e outros diplomas legais, assim como a seus produtos: mortos, “desaparecidos”, presos políticos etc. (Lemos, 2005, p. 5).

De acordo com Lemos (2019), a mesma classe dominante também decretou o retorno à democracia, de maneira cerceada, utilizando-se da tática militar de mudar tudo para que tudo continue da mesma maneira, transformando apenas o tipo de dominação política. Após o declínio do milagre econômico, o governo passou a avaliar, internamente, os custos de manter uma ditadura, optando pela redução do grau de autoritarismo para que as pressões internas não ameaçassem aquilo que era considerado conquista, por exemplo: erradicar forças consideradas deletérias – como os comunistas, os nacionalistas de esquerda, os populistas – e recuperar a capacidade de crescimento da economia, ainda sob os efeitos da crise de 1962, “modernizando” o estado brasileiro.

Nesse sentido, a pauta da anistia, amplamente defendida pelos movimentos sociais, foi capitaneada pelos militares a fim de permitir uma transição nos seus moldes. Por isso, tanto a anistia quanto a reforma partidária<sup>4</sup> foram feitas em conjunto, em agosto de 1979, iniciando assim o terceiro e último período da ditadura, a chamada “reabertura política”, encerrada na década de 1980.<sup>5</sup>

O “Cobra de Vidro” foi criado justamente no início dos debates sobre a anistia em 1975. A repressão por si mesma suscitava a busca por outros espaços de inspiração e de circulação de ideias, como a imprensa clandestina, a fim de “iluminar as zonas obscuras do autoritarismo. Ela vive, ou sobrevive, nos regimes fechados em que o poder estabelece um controle cerrado do sistema de comunicação” (Caparelli, 1980, p. 41). Os jornais alternativos representavam, em

síntese, “o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações institucionais que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade” (Kucinski, 1991, p. XVI).

Para os envolvidos em sua criação, o “Cobra de Vidro” representava também a marcação de um posicionamento jornalístico alternativo no ambiente universitário, já que era aí que circulava:

Ao mesmo tempo que ele era um jornal estudantil, ou seja, com as características de um jornalzinho, de estudantes, pelo fato dele ser um tabloide impresso com grande tiragem, ele acabou aparecendo como uma das múltiplas expressões da imprensa alternativa da época [...] que tinha como carro chefe, o jornal Movimento, ao qual nós éramos muito vinculados, até por afinidades políticas. (Fuser, 2017).

Os envolvidos em sua criação eram militantes da tendência política “Caminhando” do PCdoB. Estudavam em três faculdades privadas de São Paulo, como mencionado anteriormente, e participavam dos centros acadêmicos dessas instituições, também de forma velada.

O Centro Acadêmico do curso de Administração de empresas da Fundação Getúlio Vargas, o Centro Acadêmico da Faculdade de Engenharia Mauá, em São Caetano do Sul, na região do ABC, e o Centro Acadêmico da FEI, Faculdade de Engenharia Industrial que também fica na região do ABC em São Bernardo. Por que essas três entidades e não outras? Porque essas eram as três entidades onde havia militantes do nosso grupo do PCdoB, presentes ou não na diretoria do centro acadêmico ou como uma força política atuante nessas entidades. (Fuser, 2017).

Fuser (2017) afirma que o grupo “não se assumia como sendo da ‘Caminhando’, corrente do PCdoB. Nós éramos independentes. Nós somos o pessoal das isoladas, o Caminhando é da USP, mas todo mundo sabia que nós e a Caminhando éramos a mesma coisa”.

A despeito da organização do jornal via militância do PCdoB, o “Cobra de Vidro” não excluía a participação de outros estudantes, também um meio de recrutamento. Mauro Lopes, inclusive, é um dos que iniciaram suas atividades no jornal antes mesmo de ter qualquer vínculo com o partido:

Quando eu entrei no jornal eu não era de partido nenhum, eu era um jovem idealista. Depois, quase um ano depois [que entrei para o partido]. Ali era uma frente de organizações de esquerda. Então, tinha o próprio PCdoB, tinha o PCBR [Partido Comunista Brasileiro Revolucionário], tinha o MEP [Movimento pela Emancipação do Proletariado], tinha gente independente, era uma frente de várias organizações, mas ele não era uma iniciativa propriamente das organizações, então isso também facilitava bastante que a gente pudesse trabalhar sem grandes sectarismos. (Lopes, 2018).

A influência do partido nas pautas do jornal é verificada no discurso dos entrevistados de forma unânime, no que diz respeito ao alinhamento ideológico, mas

com alguma divergência nas memórias em relação a possíveis exigências do partido para publicar pautas ou matérias específicas.

Após a abertura política, anunciada por Geisel em 1974, vieram as medidas de distensão:

Tratava-se de um programa de medidas de liberalização, cuidadosamente controladas, que reconduzisse o país ao Estado de direito. A distensão seria obtida em estágios bem definidos, a começar pela suspensão parcial da censura, pelas negociações com a oposição para o estabelecimento de parâmetros para os direitos humanos, seguidas de reformas eleitorais, e pela revogação de medidas mais explicitamente coercitivas. (Moreira Alves, 1989, p. 186).

Em suas páginas, o “Cobra” retratava as movimentações da reorganização do movimento estudantil, não só por tratar-se de um meio de comunicação entre os estudantes, mas por seu caráter formador. Noticiar o ressurgimento das organizações estudantis era também uma forma de fomentar a sua retomada com mais força.

Assim, já em seu primeiro número, “Crônica Tropical”, o jornal inaugurou a série de textos próprios que tão bem o caracterizariam em seus números seguintes. Lembrando o incêndio da sede da UNE, o texto tratava dos medos, das “notícias que de boca em boca foram chegando” e mencionava que as assembleias universitárias voltariam a acontecer “a despeito de tudo”, procurando garantias e iniciando denúncias públicas de sequestro.

Mutilado, abafado e podado nas mais diversas formas, o movimento estudantil parece estar agora ressurgindo das cinzas. A participação começa a crescer e as organizações estudantis dão seus primeiros passos no sentido de uma representatividade maior. Com entusiasmo, vislumbra-se a possibilidade de reconstrução de entidades mais amplas, como as que existiam antes de serem destruídas. Começa-se, novamente, a falar na União Nacional dos Estudantes. (Cobra, 1975, p. 3).

**Figura 1:** Apresentação no primeiro número



Fonte: Cobra (1975, p. 3).

## As pautas, a redemocratização e a anistia

Na distribuição de conteúdo e abordagens apresentados pelo “Cobra”, em seus três anos de produção e circulação, é possível verificar a amplitude de seus temas, que ultrapassavam os limites das suas universidades e das temáticas específicas da Educação. Notória é também a preocupação com os padrões estéticos, utilizavam manchetes, fotos, poemas, charges próprias e ilustrações – inclusive de artistas plásticos de expressão como Marlene Crespo<sup>6</sup>. Não foi possível identificar no jornal onde cada um dos números foi impresso, devido à ausência de expedientes<sup>7</sup> em função da censura, mas de acordo com os depoimentos, a impressão era feita nas mesmas gráficas de jornais alternativos. Em alguns deles, obtivemos a informação de gráficas como a PAT – Publicações e Assistência Técnica Ltda, localizada na Rua Doutor Virgílio de Carvalho Pinto, 412. Em pesquisa ao Memorial da Resistência de São Paulo, encontramos a PAT registrada no Banco de Dados, constava que no mesmo local era editado e publicado o jornal “Movimento”, um dos jornais alternativos da época, citado algumas vezes nas páginas do “Cobra” e nas entrevistas de seus participantes.

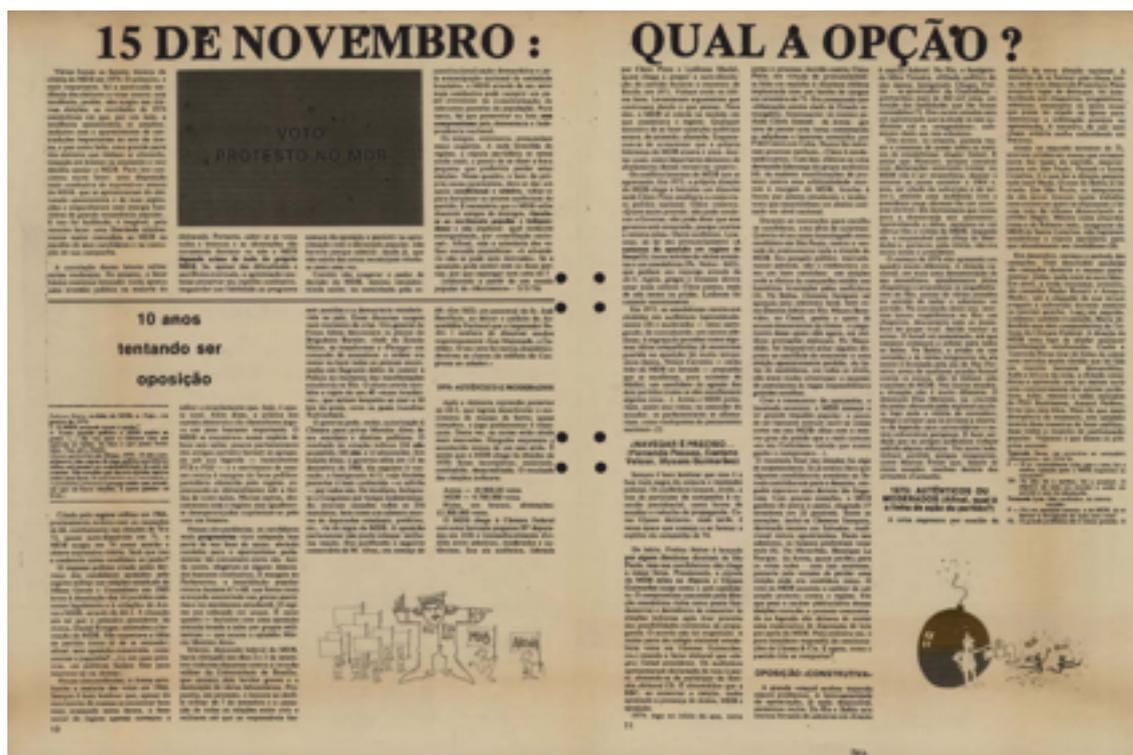
O núcleo temático de todos os números do “Cobra de Vidro” era o cenário estudantil em que viviam, destacando que suas realidades acadêmicas estavam diretamente relacionadas com o cenário político e econômico do país. Ao tratar das questões educacionais – sejam daquelas de cunho específico de suas escolas, ou da rede pública, da questão da moradia estudantil, das leis e diretrizes da Educação – o faziam reconhecendo que todo esse cenário dependia e era resultado direto de ações políticas. Os textos não separavam o processo pedagógico da conjuntura. Escrever sobre educação era também escrever sobre política e, sobretudo, uma ação política. “Cobra” pode ser um exemplo prático de estudantes que exerciam seu papel de militantes, utilizando as ferramentas adquiridas no espaço escolar na intenção de transformar suas realidades, para então transformar a Educação.

Nesse sentido, as matérias dedicadas ao acompanhamento e à integração nas lutas pela redemocratização e pela anistia são exemplares. Em seu terceiro número, em agosto de 1976, o grupo que compunha o “Cobra de Vidro” expunha pela primeira vez uma matéria sobre a anistia, relatando o ato realizado em 4 de junho daquele ano, na Universidade de São Paulo, a USP. Sob a manchete “Que tempo é este?”, o texto inicia relatando as bandeiras do ato: anistia aos presos políticos, exilados e banidos, e a libertação de Roberto João Mota.<sup>8</sup> A curta matéria apresentava sua história e de outras vítimas de tortura e prisões arbitrárias nas dependências do DOI-CODI<sup>9</sup> ao redor do país e encerrava com sua definição do conceito de Anistia:

Anistia. Para muitos, esta palavra pode significar perdão, misericórdia ou coisa parecida. Na verdade, possui um significado bem mais amplo, faz parte da luta por uma sociedade livre e justa. Lutar para que as ideias continuem vivas, mantendo vivas nossas manifestações para que num futuro não muito distante, fatos como estes se tornem apenas amargas recordações<sup>10</sup>. (Cobra, 1976b, p. 19).

Em seu quarto número, na matéria que ocupa toda a primeira página, “Cobra de Vidro” fez seu relato sobre as eleições indiretas ocorridas em 1976. Ocupando a centralidade do jornal, o destaque na frase “Voto protesto no MDB” respondia ao título “15 de novembro: qual a opção?”.

Figura 2: Eleições de 1976



Fonte: Cobra (1976c, p. 10).

Analisando a participação e resultados do MDB, então partido de oposição nas eleições de 1974, apontava que:

Convém não exagerar o poder de decisão do MDB, mesmo vencedor. Ainda assim, na caminhada pela reconstitucionalização democrática e pela emancipação nacional da sociedade brasileira, o MDB através de seu setor mais combativo pode cumprir um papel proveitoso na conscientização de relevantes parcelas da população. Para isso, há que perseverar na luta **sem compromissos** pela democracia e independência nacional. (Cobra, 1976b, p. 10, grifos do original).

Em continuidade à sua análise do momento, não obstante o apoio com vetos ao MDB, o que chamaram literalmente de “apoio condicional e seletivo”, alertavam para o cenário que para eles, “prenunciam maus augúrios, [já que] a cada investida o regime, a cúpula partidária se retrai ainda mais, a ponto de dizer a boca pequena que preferiria perder essas eleições”. E foram taxativos quanto à instabilidade do partido e seu papel no processo:

É necessário que o MDB saiba discernir amigos de inimigos, **vinculando-se ao movimento popular e independente** e não implorar, qual molecote envergonhado, por “conciliação nacional”. Se a oposição pode andar com as duas pernas, por que capengar com uma só? (Cobra de Vidro, 1976b, p. 10).

Em seu número seguinte, chamado de “Especial” em virtude de ser um número feito exclusivamente para cobrir as manifestações do seu ano de publicação (1977), o jornal apontava essas ações como caminho para a abertura do país.

Ocorridas entre junho e setembro daquele ano na cidade de São Paulo, as manifestações levaram milhares de pessoas às ruas e mobilizaram vários setores da sociedade. Na historiografia da ditadura, pode-se destacar o ano de 1977 como aquele em que o movimento estudantil voltou às ruas de maneira organizada:

A passeata era extensa em seu significado, afinal, era a primeira vez, desde 1968, que um movimento social tomava novamente as ruas, mesmo sob vigilância de forte aparato repressivo. Representava a primeira vitória dos estudantes rompendo com o silêncio de anos em que as ruas ficaram vazias da atuação política. Verificamos o que Lacerda nos diz acima, sobre o aparato policial presente nessas manifestações, trazendo um dos trechos em que a redação do “Cobra” não só apontava, mas também caracterizava a presença do Estado nas ruas:

Inimagináveis há menos de 3 meses atrás, as manifestações vieram traduzir o anseio contido, ao longo de sofridos anos, pela grande maioria da população. Não fosse isso, elas não teriam ocorrido, ou se ocorressem não seria uma ameaça tão terrível a ponto de mobilizar todo o aparelho repressivo e despertar a ira e inquietação dos detentores do poder. (Cobra, 1977a, p. 3).

A retomada das ruas e a reação do Estado, impressas na capa desta edição, foram descritas na conclusão deste número como “saldo positivo”. Em sua análise, constatavam que

ficou demonstrado nas ruas, mais do que nas discussões – é a justeza das palavras de ordem até agora empregadas. **Liberdades democráticas, anistia, contra a carestia, abaixo a repressão**, são bandeiras que encontram grande ressonância junto à população e contribuem para o apoio dado ao movimento. (Cobra, 1977a, p. 7, grifos do original).

Em artigo publicado no seu sétimo número, chamado “Constituinte”, dissertavam sobre a influência direta da burguesia brasileira no golpe de 1964 e sobre os motivos pelos quais a ditadura começou a receber críticas de setores que até então a apoiavam. Citando exemplos de empresas ou setores que ainda se mantinham pró-ditadura e os que tencionavam hastear as bandeiras democráticas, comentam: “hoje, quando o ‘milagre’ mostra sua fragilidade, os setores menos favorecidos do capital começam a questionar o estado de coisas que, até pouco tempo atrás, era seu objeto de quase-adoração.” (Cobra, 1977b, p. 9).

Apesar das momentâneas e claudicantes mudanças no apoio dos setores liberais à ditadura, alertavam para que não fossem apenas mais uma movimentação buscando melhorias no sistema como forma de novamente os privilegiar:

A oposição liberal que se levanta contra a ditadura é extremamente recalcitrante em romper com as amarras que a unem ao núcleo do regime. Geralmente, fala-se muito em “conciliação nacional”, em “aprimoramento do regime”, em “poder moderador” e coisas quetais. Isso tudo significa apenas que **não se pretende, realmente, derrubar de vez os pressupostos políticos** que dão azo à exploração desenfreada aqui processada. (...). Qualquer ilusão redistribucionista que se atenha apenas ao plano de circulação do capital vai esbarrar na grande massa de manobra assegurada aos que, hoje, mais se beneficiam com a exploração e a ditadura. (Cobra, 1977b, p. 2; grifos nossos).

Na continuidade, ressaltavam a convocação da Assembleia Nacional Constituinte e afirmavam que ela só teria validade com a derrubada da ditadura e que as bandeiras deveriam ser ampliadas para não caírem na esfera do “doutrinário e do imobilismo”:

É claro que podemos constatar a extrema debilidade em que se encontram os instrumentos de luta de classes mais fundamentalmente interessadas numa ruptura radical com a ditadura e com o padrão de acumulação que a determina; entretanto, é justamente levantando com a maior consequência possível as bandeiras que nos são colocadas hoje que estaremos contribuindo para ampliar o espaço necessário à sua reorganização. (Cobra, 1977b, p. 2).

Ainda no mesmo número, em uma nova matéria, “Prisões Paredes”, retomaram a temática da luta pela “anistia ampla, geral e irrestrita”, expondo o entendimento de que ela estava “estritamente ligada a uma luta contra as torturas e violências policiais” e que gradativamente teve a adesão de outros setores da população, para além dos movimentos sociais. Não obstante, reconhecem os que ainda não a defendem e, por isso, acabavam impactando as possibilidades de maior mobilização.

Apresentando um trecho do que seria o primeiro relatório da “Campanha Nacional Contra Torturas e Violências Policiais”, uma iniciativa do DCE – Livre da PUC SP encampada pelo Comitê 1º de Maio pela Anistia, reafirmavam seu entendimento sobre o projeto classista da ditadura e do uso da violência para manutenção desse modelo:

Um regime que existe que (sic) para servir aos interesses de uma minoria privilegiada. Um regime que facilita e garante a exploração do país pelas grandes companhias internacionais através de doações de grandes áreas para a instalação de indústrias, isenção de impostos, etc. e, através do arrocho salarial imposto às classes trabalhadoras. É justamente para levar adiante esse “modelo” que se amordaçou o povo, destruindo suas organizações, impedindo qualquer possibilidade de se organizarem, se manifestarem ou se expressarem livremente. Na ânsia de cumprir essa tarefa, o aparato policial montado devasta tudo o que encontra pela frente. Qualquer entidade ou organização popular está permanentemente na mira da repressão. Ninguém hoje está seguro, até mesmo dentro da sua própria casa. (Cobra, 1977b, p. 12).

Ao longo de toda a matéria relatam casos de tortura e também os métodos e instrumentos utilizados pelos aparelhos opressores.

A temática segue no oitavo número do jornal, publicado em março de 1978, com destaque para as três matérias. Na primeira delas, “A luta nas fábricas”, foi relatado que os estudantes tomaram conhecimento, participando, inclusive, na retomada das manifestações e reorganização do movimento operário. Além disto, foi descrito o surgimento das greves organizadas pelos sindicatos de metalúrgicos e também de motoristas de grandes terminais de ônibus. Trouxeram a fala de um dos operários, para pontuar não só a necessidade da movimentação para reposição salarial, após anos de arrocho, mas também sua importância no campo das lutas pelos demais direitos:

Depois da campanha pela reposição, as coisas ficaram mais fáceis. Hoje já se discute mais abertamente nas fábricas, já se fala de política, se faz críticas ao governo. Desta forma, o pessoal começa a se conscientizar de que é preciso lutar não só pela reposição. (Cobra, 1978a, p. 7).

Em outra matéria, intitulada “Afim, o que são as reformas políticas”?, o jornal descreveu em tópicos as possíveis reformas que seriam apresentadas pelo governo: o fim do Ato Institucional 5; a reformulação da lei de segurança nacional; a revisão dos processos dos cassados; mudança na lei das inelegibilidades e o pluripartidarismo. Fez a crítica a cada uma delas, e ao final, voltou a afirmar que eram apenas engodos para manutenção do mesmo regime:

Fica clara, assim, a intenção de mudar apenas a aparência do regime, mantendo inalteráveis seus traços essenciais. O objetivo do governo não é – como procura aparentar – a democratização do país mas, pelo contrário, a perpetuação da ditadura. Qualquer medida que parta do regime terá, na verdade, este caráter, não importa a maneira como ela se disfarce. (Cobra, 1978a, p. 15).

Encerraram a matéria afirmando novamente que o caminho para a redemocratização não podia e não seria tomado por aqueles que justamente introduziram e mantiveram um regime ditatorial por quase duas décadas: “Uma abertura política digna do nome só poderá vir através de uma Assembleia Constituinte livremente eleita, precedida da anistia ampla e irrestrita e da liberdade de expressão e organização para todos os brasileiros.” (Cobra, 1978a, p. 15).

Em “Anistia”, nova matéria sobre o tema, acompanhando as anteriores, o jornal atualizava seus leitores sobre as últimas movimentações dos grupos organizados que reivindicavam a anistia ampla, geral e irrestrita e sobre os setores que começavam também a se incluir na defesa desta pauta. Citando o primeiro encontro nacional do Movimento Feminino pela Anistia, transcreveram um trecho deste evento como reforço para mobilização popular para as duas agendas de lutas da época: “Acreditamos que nenhuma abertura política conseqüente (desde a crise que se instaurou no país), será possível sem anistia política ampla e irrestrita.” (Cobra, 1978a, p. 16).

Em complementação às já apresentadas definições de anistia dos outros números, escrevem: “Numa análise de anistia, em primeiro lugar, deve-se ter em conta o que seria o ‘crime político’ ou as manifestações e ações a que são levados determinados cidadãos quando agem em defesa de seus ideais.” (Cobra, 1978a, p. 17).

No que acabaria sendo seu último número, o nove, publicado em junho de 1978, o jornal trouxe em sua capa o tema da anistia com a manchete “Anistia: a luta continua”. Conseqüentemente, em sua última matéria sobre o tema, apresentaram em uma única página suas novas considerações sob o título “Anistia, liberdade”. Mencionaram as chamadas pela anistia em outros episódios da história nacional, como os protagonizados também pelos estudantes em 1945, na ditadura do Estado Novo, e as de 1961, após os movimentos de militares contra a posse de João Goulart. Na sequência, retomaram a conjuntura da época em um resumo sobre o governo militar e seu *modus operandi*, desde o golpe em 1964, agravado após o ano de 1968:

Em nome da democracia, instalou-se aqui um regime capaz de perseguir e matar friamente a todos os que se opõem a sua direção. Entre 64 e 68, era elevado o número de perseguidos, presos, desaparecidos e exilados. Nas mobilizações populares de 68 a anistia era também uma reivindicação. Mas o auge do terror só foi atingido durante o governo Médici, com a intensificação da violência contra os setores democráticos e populares, visando destruir suas organizações e impedi-los de se manifestarem. (Cobra, 1978b, p. 11).

Seguem apresentando outros casos de assassinatos e as novas mobilizações, encerrando assim:

Os que permanecem no exterior, não se encontram em melhores condições. Perseguidos, com suas vidas vigiadas, sem documentos, sem empregos e impedidos de entrar no país até para ver familiares à beira da morte, eles são um contingente enorme, que porém não espera a anistia de braços cruzados. Lá fora eles se unem em comitês de defesa dos direitos humanos clamam também pela Democracia. Enquanto isso, os trabalhadores e demais setores democráticos, vítimas da ditadura militar, muito têm feito para que seus companheiros que se encontram atrás das grades e no exílio possam voltar a participar da construção, de uma sociedade mais justa em nosso país. (Cobra, 1978b, p. 11).

## **À guisa de conclusão**

A quase ausência de preservação de periódicos estudantis de um momento histórico recente do Brasil – cujas práticas de exceções e violências de Estado são sentidas até hoje – não se explica somente pela própria influência do Estado no apagamento e distanciamento de histórias de resistência. Há que se perguntar também em que medida são encontrados nos espaços acadêmicos práticas e fomentos de pesquisa nesse sentido. Ainda há muito a se fazer pela memória e pela história desse período.

Aqui, apresentamos uma parte dos resultados da pesquisa com o jornal estudantil “Cobra de Vidro”. Criado em 1975 e tendo militantes do PCdoB entre seus integrantes, o jornal circulou na cidade de São Paulo, especialmente nos meios universitários. A análise focalizou um dos temas de destaque do jornal, a anistia.

Diferente do que a oposição ao regime ansiava, o processo de redemocratização no Brasil não significou uma verdadeira mudança e o desligamento das práticas políticas dos últimos anos, foi “um processo lento e gradual; vale dizer, como o inverso de um processo concentrado de ruptura ou derrubada da ditadura militar.” (SAES, 2001, p. 33). Era exatamente esse o entendimento dos editores do “Cobra” e era esse movimento que denunciavam em suas páginas.

Sendo o movimento estudantil um dos maiores antagonistas do regime, o anúncio e as medidas de “liberalização” não renderam expectativas no meio estudantil, sobretudo na militância do “Cobra”:

Nem podia se dar a esse luxo, digamos assim, de dar alguma credibilidade a algum governo militar. Além de não poder se dar a esse luxo, a gente não pensava assim. Não tinha acordo. A coisa, que se viesse a acontecer, de uma forma negociada, a abertura, não seria a gente protagonista porque nós éramos mais radicais. Não tinha acordo nenhum, os caras tinham que largar o governo e ponto e acabou. (Chianca, 2018).

Considerando a ditadura empresarial-militar iniciada em 1º de abril de 1964 como um regime classista burguês, devido às medidas político-econômicas aplicadas durante o regime, bem como às motivações que ensejaram o golpe, deve-se também considerar que todas e quaisquer ações cometidas pelo governo foram consequências de uma determinada lógica de mercado da época.

Dessa forma, a abertura política e as concessões de anistia estariam no quadro dos mesmos preceitos da classe burguesa, a fim de conferir a possibilidade de manutenção do sistema capitalista liderado por ela e permitir um controle, ainda que velado, da situação política do país por meio de uma democracia cerceada:

A opção das classes dominantes brasileiras em termos de regime político parece estar clara, em favor de uma democracia restrita, lastreada em maiorias parlamentares conservadoras. Mas, o perdão preventivo, graças à extensão dos benefícios da anistia aos delitos “conexos” aos crimes políticos, concedido pela Lei nº 6683 a formuladores e agentes da política repressiva, evitou que os mesmos fossem responsabilizados criminalmente por torturas e assassinatos e reproduziu as condições de impunidade que garantem uma reserva estratégica de violência para o caso de necessidade diante de novas ameaças, reais ou imaginárias, à ordem capitalista no Brasil. (Lemos, 2005, p. 7).<sup>11</sup>

Apoiadas na análise aqui empreendida, podemos assumir que o “Cobra de Vidro”, enquanto manifestação do movimento estudantil e da tendência política “Caminhando” do PCdoB, não fazia coro às reformas e aos pronunciamentos de distensão anunciados pelo próprio regime, tão pouco acreditava que pudessem acontecer e de fato permitir a guinada democrática. Em contrapartida, propunha e tentava organizar os setores populares e os movimentos sociais para uma efetiva ruptura com a velha ordem, para, finalmente, superar o regime e suas deliberações classistas.

A memória e a história desse período e as ações dos estudantes ainda carecem de maiores estudos. Esperamos que este artigo possa contribuir para suscitar a busca por novas fontes, que estimule a pesquisa e que possa, também, estimular uma cultura de preservação de documentos estudantis por parte dos próprios estudantes e por parte dos pesquisadores.

## Fontes

Chianca, Rosaly; Chianca, Alfredo. Entrevista concedida a autora em 23/03/2018 via Skype. Rio de Janeiro, 2018.

COBRA DE VIDRO. São Paulo, nov.1975.

COBRA DE VIDRO. São Paulo, 1976a.

COBRA DE VIDRO. São Paulo, ago.1976b.  
COBRA DE VIDRO. São Paulo, nov.1976c.  
COBRA DE VIDRO. São Paulo, 1977a.  
COBRA DE VIDRO. São Paulo, set. 1977b.  
COBRA DE VIDRO. São Paulo, mar.1978a.  
COBRA DE VIDRO. São Paulo, jun.1978b.  
DOPS. Estudo sobre o Cobra de Vidro. São Paulo, 1976.  
Fuser, Igor. Entrevista concedida a autora em 04/07/2017. Prédio da Reserva Cultural de São Paulo.  
Lopes, Mauro. Entrevista concedida a autora em 20/03/2018 via Skype. Rio de Janeiro, 2018.

## Referências

Alberti, Verena. (1980). *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

Aquino, M. A. de. (1999). *Censura, Imprensa e Estado Autoritário - 1968-1978: O exercício cotidiano da dominação e da resistência. O Estado de S. Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.

Brito, Alexandra Barahona (org). (2002). Verdad, Justicia, memoria y democratización en el cono sur. In.: *Las políticas hacia el pasado: juicios, depuraciones, perdón u olvido en las nuevas democracias*. Madrid: Ediciones Istmo,

Caparelli, S. (1980). *Comunicação de massa sem massa*. São Paulo: Cortez.

Dreifuss, René Armand. (1981). *1964: A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes.

Fuser, Igor. (2013). *Depoimento durante audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva"*. Auditório Teotônio Vilela, depoimento concedido a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em 01 de outubro de 2013.

Freire, P. (1989). *A Importância do Ato de Ler em três artigos que se completam*. 23. ed. São Paulo: Cortez.

Kucinski, B. (1991). *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta Editorial.

Lacerda, G. E. de. (2017). Ocupando as ruas e rompendo o silêncio: o Movimento Estudantil de 1977 através das imagens do foto jornalismo. In: *ANPUH (Ed.). XXIX Simpósio de História Nacional Contra os preconceitos: História e democracia*. Brasília: [s.n.], 2017. p. 1–14. Disponível em: [https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488666114\\_ARQUIVO\\_artigo\\_anpuh\\_2017.pdf](https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488666114_ARQUIVO_artigo_anpuh_2017.pdf)>. Acesso em: 21/11/2018.

Lacerda, G. E. de. (2015). *O movimento estudantil e a transição democrática brasileira: memórias de uma geração esquecida*. 2015. 216f. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

Lemos, R. (2017). *A 'ditadura civil-militar' e a reinvenção da roda historiográfica*. Disponível em <[http://www.ifcs.ufrj.br/~lemp/imagens/textos/A\\_ditadura\\_civilmilitar\\_e\\_a\\_reinvencao\\_da\\_roda\\_historiografica.pdf](http://www.ifcs.ufrj.br/~lemp/imagens/textos/A_ditadura_civilmilitar_e_a_reinvencao_da_roda_historiografica.pdf)>. Acesso em 12 de jul. 2017.

Lemos, R. (2019). *Ditadura, anistia e transição política no Brasil – 1964-1979*. Consequencia Editora: Rio de Janeiro.

Lemos, R. (2005). *Ditadura militar, violência política e anistia*. Londrina: [s.n.], 2005. 1 – 193 p. Disponível em: < <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.23/ANPUH.S23.1506.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2018.

Martins Filho, João Roberto. O movimento estudantil dos anos 1960. In.: Ferreira, Jorge; Reis, Daniel Aarão (Orgs.). *Revolução e democracia (1964...)*. p. 183 – 198. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Coleção As esquerdas no Brasil; v.3.

Memórias da Ditadura. *Carlos Brilhante Ustra (Major Tibiriçá)*. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/ustra/>>. Acesso em: 05 de maio de 2020.

Memória Política de Santa Catarina. *Biografia Roberto Motta*. (2019). Disponível em: <[http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/836-Roberto\\_Motta](http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/836-Roberto_Motta)>. Acesso em: 05 de maio de 2020.

Moreira Alves, M. H. (1989). *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Tradução de Clóvis Marques. 5. ed. Petrópolis, Vozes.

## Notas

<sup>1</sup> O uso da expressão “empresarial-militar”, como qualificativo do golpe de 1964 e do regime político que a partir dele se construiu no país, está associado à pesquisa de René Armand Dreifuss (1981). Ainda que de alto valor heurístico, trata-se, contudo, de uma expressão descritiva, que não pode substituir a elaboração conceitual que cabe fazer para definir, no plano teórico, a natureza do regime ditatorial brasileiro (Lemos, 2017), o que faremos ao longo do texto.

<sup>2</sup> Além dos arquivos, foi necessário também empreender buscas na Internet a fim de verificar quais das publicações citadas em ambos, de fato, eram estudantis.

<sup>3</sup> Destacamos, dentre eles, a dissertação “Jornal *Poeira*, história e memórias” de José Antonio Tadeu Felismino, defendida em 2016. O autor, ex-militante e participante do jornal “Levanta, sacode a POEIRA e dá a volta por cima”, busca em suas memórias e na de seus ex-companheiros, assim como nas páginas do jornal, contar a história do periódico e do movimento presente na Universidade Estadual de Londrina, propondo o registro e preservação da história oral do movimento estudantil desta cidade. Rodrigo Borba, em sua dissertação “Entre a técnica e a tática: movimentos estudantis na Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca (1967-1978)” traz notícias e algumas análises do jornal “O Mícron”, elaborado pela Agremiação Estudantil Técnico Industrial em 1969. Duas publicações que consideram o refazimento do movimento estudantil também foram importantes para esta pesquisa. “Movimento Estudantil e repressão política: o ato público na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1977) e o destino de uma geração de estudantes”, de Renato Cancian (2010) e a tese “A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)” de Angélica Muller (2010). Mais recentemente, Gislene Lacerda (2015) publicou também sobre este período da redemocratização em seu trabalho “O movimento estudantil e a transição democrática brasileira: memórias de uma geração esquecida”, cujo título já sugere a necessidade de mais estudos sobre as trajetórias de luta estudantis.

<sup>4</sup> Entre 1966 e 1979 o Brasil tinha apenas dois partidos políticos legais, a Aliança Renovadora Nacional (Arena) de apoio ao governo e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), oposição consentida pela ditadura. Os demais partidos, como próprio Partido Comunista do Brasil (PCdoB, ao qual parte daqueles que produziam o “Cobra” estavam ligados) seguiram na clandestinidade.

<sup>5</sup> Lemos (2019) considera que a reabertura se encerrou em 1988 com a promulgação da nova Constituição.

<sup>6</sup> Desenhista, ilustradora e gravadora, foi presa e torturada em 1973. É mãe de um dos redatores do jornal, Igor Fuser.

<sup>7</sup> Espaço no interior do jornal dedicado a informar os nomes dos editores, endereço e telefones para contato e os dados técnicos da impressão, inclusive nome e localização da gráfica.

<sup>8</sup> Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em Santa Catarina, foi um dos 42 presos políticos na Operação Barriga Verde, no ano de 1975, durante a ditadura militar. (MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA, 2020).

<sup>9</sup> Destacamento de Operações de Informação e Centro de Operações de Defesa Interna. Órgãos do governo militar de inteligência e repressão.

<sup>10</sup> As matérias, obviamente, não eram assinadas.

<sup>11</sup> “Erros de uma época, que ao ficarem na impunidade, reeditam novos erros no presente (BRITO; 2002, p. 195). Basta lembrarmos a declaração de voto do deputado federal Jair Bolsonaro a favor do impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, em memória do General Ustra, chefe do DOI-Codi, entre 1970 e 1974. Assim como no passado militares foram absolvidos pela anistia, também não houve qualquer punição ao deputado a despeito da apologia à tortura, já que o general em questão foi o primeiro militar a ser reconhecido pela justiça brasileira como torturador. “De acordo com a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, enquanto Ustra esteve à frente do órgão houve 40 mortes em 40 meses, bem como uma denúncia de tortura a cada 60 horas.” (MEMÓRIAS DA DITADURA, 2020).